

As possibilidades de participação política e o papel das mídias sociais: um olhar a partir das juventudes

Possibilities of political participation and the role of social media: a look from the youth

Joana da Costa Macedo
Beatriz Akemi Takeiti
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro-Brasil

Resumo

Pensar nas juventudes é premente considerando o desenvolvimento do mundo do trabalho e as mudanças nas habilidades e competências exigidas, bem como a introdução das novas tecnologias digitais nas esferas sociais. Entre as possibilidades analíticas sobre as juventudes, encontramos a participação política e sua relação com as mídias sociais. Este artigo, portanto, objetiva analisar teoricamente as possibilidades de participação dos jovens e, ao mesmo tempo, apresentar uma perspectiva sobre opções criativas e pedagógicas, de formação política e cidadã, por meio da utilização das mídias sociais. Para tanto, elegemos duas cenas que nos permitem dialogar sobre o papel da escola na formação integral dos jovens brasileiros dentro de uma perspectiva participativa, democrática e equitativa.

Palavras-chave: Juventudes; Participação política; Mídias sociais.

Abstract

It is urgent to think about young people considering the development of the world of work and the changes in the skills and competences required, as well as the introduction of new digital technologies in the social spheres. Possibilities to analyze youth include political participation and its relationship with social media. Thus, this study aims to theoretically analyze the possibilities for youth participation while presenting a perspective on options that are creative, pedagogical, political, and aimed at citizenship education through the use of social media. To this end, we chose two scenes that allow us to discuss the role of school in the comprehensive education of young Brazilians within a participatory, democratic and equitable perspective.

Keywords: Youth; Political participation; Social media.

Introdução

Nos últimos anos, o mundo vem presenciando a ascensão de governos posicionados no espectro político da direita, caracterizados por serem liberais e conservadores. O Brasil tem caminhado na mesma direção, do ponto de vista político, e isso se reflete no tipo de políticas públicas encaminhadas e, porventura, aprovadas. Aqui, reformas no sistema educacional e na administração pública ecoam essa perspectiva política. As direções políticas que o país percorre influenciam a sociedade e as pessoas bem como as políticas públicas. Estas, por um lado, evocam os valores políticos que os grupos sociais que estão no poder defendem, e isso é contemplado nas políticas. Por outro lado, as pessoas e a sociedade são sugestionadas a formarem suas opiniões pessoais com base na conjuntura sócio-política, econômica e cultural que se manifesta diante da realidade.

O objetivo deste estudo é analisar um aspecto do comportamento dos jovens estudantes, a saber, a participação e a identidade política através da sua inserção nos movimentos sociais e nas identidades que se configuram acerca das mudanças em suas localidades e territórios de interesse. Além disso, pretende-se discutir o papel que as mídias sociais desenvolvem nesse processo. Esses dados nos permitem compreender uma pequena parte da cultura juvenil. Quanto ao contexto histórico, novos movimentos sociais surgiram e se fortaleceram na última década, tais como os coletivos de mulheres, de jovens, da população LGBTQIA+, o movimento negro, entre tantos outros. Esses movimentos acabaram influenciando os processos de mudança e a maneira como as pessoas formam suas opiniões e como a interpretação dos acontecimentos contribui para forjar um tipo de comportamento dos cidadãos em torno das questões concernentes ao mundo político.

Em uma época na qual as questões políticas são altamente divulgadas e publicizadas, torna-se premente investigar como os jovens estudantes constroem suas atitudes e identidades políticas, de modo a apreender seu grau de adesão aos valores democráticos e ao conhecimento político sobre o funcionamento das instituições políticas. Nesse âmbito, a instituição escolar pode contribuir para o desenvolvimento crítico das discussões e o aprimoramento sobre a formação política dos jovens.

Em um contexto teórico mais geral, Jennings (2009) argumenta que algumas chaves interpretativas podem ser utilizadas para investigar a cultura política e o engajamento cívico

entre os indivíduos. Essa autora menciona os aspectos curriculares no campo da educação cívica e como o currículo pode impactar a construção de um tipo de comportamento político. O segundo aspecto relevante concerne aos elementos extracurriculares, como por exemplo, a inserção dos cidadãos em associações religiosas, esportivas, culturais, entre outras, ou seu engajamento em trabalhos voluntários. Contudo, Jennings (2009) argumenta que as mudanças na ordem mundial exercem certa influência na construção de uma cultura política. Nesse sentido, um dos aspectos concernentes à compreensão do comportamento e da identidade política é analisá-la dentro de um contexto de mudança da ordem política.

Além disso, esse artigo intenciona incluir os jovens da educação básica entre o público-alvo a ser investigado, na tentativa de avançar no debate sobre o papel da escola na participação, na formação política e na opinião pública para entender quais elementos, possivelmente, os compõem. Os estudos de Annik Percheron (1974) sobre o universo político da criança comentam que os jovens, a partir de determinada idade, já são capazes de construir sua própria identidade política. Como no Brasil, o voto, por exemplo, pode ser exercido a partir dos 16 anos de idade, convém analisar como esses jovens, ainda em idade escolar, estão construindo sua identidade e comportamento políticos.

O artigo começa com esta introdução que contextualiza, de forma geral, as motivações para sua realização. As duas partes seguintes são dedicadas, respectivamente, a discutir a importância de se debater sobre participação política dentro do contexto das juventudes e os possíveis caminhos na abordagem prática desse tema com os jovens. Na quarta parte, problematizamos e refletimos sobre a participação política e o papel das mídias sociais no mundo de hoje. As considerações finais direcionam o debate para outros aprofundamentos de pesquisa.

Por que falar das juventudes e da participação política?

No campo das juventudes, as pesquisas que versam sobre a participação juvenil e a construção de identidades políticas não são recentes e não se realizam, como afirma Castro (2008), no vazio cultural e histórico, mas em sociedades reais que carregam marcas singulares em sua história.

No campo da educação, poucos trabalhos no Brasil se debruçam sobre a participação e a identidade política dos jovens estudantes na faixa etária de 15 a 18 anos – idade regular

correspondente ao nível médio de ensino. De forma geral, alguns trabalhos na área da Ciência Política, particularmente, procuram entender a construção da cultura política entre esses jovens e o papel da escola nesse processo (BAQUERO, BAQUERO; 2014), enquanto outras pesquisas procuram ainda mapear a adesão dos jovens aos valores democráticos (PAIVA; FERRAZ, 2022). Do ponto de vista metodológico e da prática de ensino, é possível encontrar trabalhos sobre a importância do Parlamento Juvenil (FEIJÓ, 2020; FUKS, 2016) e dos conteúdos didáticos presentes nos materiais escolares (MACEDO; ENGERROFF, 2021; MACEDO, 2020; SHNEKENBERG, 2017), conforme argumentado. Sendo assim, é importante discutir a relação entre política e juventude.

Algumas dessas pesquisas atentam para a relevância da formação política na educação básica e outras tentam entender a tendência de adesão aos valores democráticos dos jovens. Essas pesquisas têm crescido no Brasil, mas são mais presentes internacionalmente. Por conta da crescente onda conservadora que alguns países, inclusive o Brasil, têm enfrentado, bem como da ascensão de governos de extrema direita, pesquisas para compreender a relação das juventudes com a política tornaram-se cruciais. Elas são formuladas com o intuito de compreender como os jovens, considerados o futuro de um país, estão apáticos, antipáticos ou simpáticos aos princípios democráticos (FOA, 2019).

Quando se discute a política em relação aos jovens, comumente atribui-se a eles um certo desinteresse frente aos assuntos associados ao âmbito político. No entanto, pesquisas mais recentes têm demonstrado que os jovens na faixa etária de 18 a 29 anos possuem alto grau de politização (SOLANO; ROCHA, 2022). Para além dos processos socializadores da política pelos quais os jovens são confrontados ao longo da vida e que fogem ao escopo analítico deste estudo, é importante atentar para o fato de que eles são politizados. Isso significa que eles têm conhecimento, mesmo que não aprofundado (VIDIGAL; FILHO, 2017), sobre alguns assuntos relacionados ao sistema político, decidem sobre suas escolhas eleitorais, eventualmente participam de algum canal de mobilização social, ou possuem informações sobre o que ocorre na política.

O nível de politização do público juvenil importa para conhecermos por quais canais os jovens se informam ou tomam conhecimento das temáticas sobre política e por quais vias eles canalizam suas questões ou se expressam. Os estudos sobre as juventudes possuem uma complexidade e uma abrangência de perspectivas. Essas juventudes podem ser

compreendidas por meio dos estudos culturais que contemplem violência (ABRAMOVAY *et al.*, 2021), projeto de vida (LEÃO, 2011), ingresso no mercado de trabalho (CARDOSO, 2013), escolha de curso superior (HERINGER, 2012), políticas públicas para juventudes (SPOSITO; CARRANO, 2003), entre outros possíveis temas.

Além disso, os estudos sobre o entendimento da cultura juvenil partem de um pressuposto geracional (WELLER, 2010) e, por isso, configuram-se em uma categoria em movimento sujeita a influências características de um tempo histórico. Setton (2011), por exemplo, problematiza o conceito de socialização entre os jovens refletindo sobre outras formas pelas quais os jovens estão suscetíveis aos processos de socialização. A escola sociológica francesa em torno de Durkheim consolida a força da sociedade, via instituições sociais, na operação de manter uma ordem social forte e coesa. No entanto, estudos recentes creditam a socialização dos jovens a outros fatores, chamando a atenção para a centralidade dos meios de comunicação (DAYRELL *et al.*, 2010), como as tecnologias e as redes sociais (SETTON, 2011).

A socialização entre os jovens deve ser compreendida, contudo, pela sua multiplicidade e heterogeneidade, no sentido de que os determinismos classistas não mais dão conta de explicar os fatores globalizantes que incidem sobre o desenvolvimento cultural e pessoal dos jovens. A politização dos jovens, nesse contexto, pode realizar-se por meio da intermediação dos *influencers* e das interações que decorrem de suas postagens nas redes sociais, sendo o engajamento desses jovens manifestado de forma *online* (SOLANO; ROCHA, 2022). Compreender os processos e os canais de politização dos jovens é parte integrante do entendimento sobre as juventudes e a cultura juvenil. No entanto, a politização não responde se esses jovens estão propensos a aderirem mais ou menos a valores democráticos. O espaço escolar, desse modo, pode contribuir de forma pedagógica para o desenvolvimento crítico dos estudantes no que tange aos valores relacionados ao interesse público, ao comportamento ético, ao espírito de coletividade, entre outros valores democráticos. Solano e Rocha (2022, p. 50) atestam que a “melhoria da educação, e sobretudo, da educação política, é algo que praticamente todos [jovens] destacam como condição imprescindível para a participação democrática”.

Por isso, a discussão sobre a importância da escola está atrelada ao seu papel pedagógico e direto na formação cidadã e crítica dos jovens brasileiros. Dayrell *et al.* (2010)

afirmam que menos de 50% das escolas pesquisadas não têm atividades que estimulem a participação dos jovens, apesar de atestar o alto interesse deles em formas de participação. Os sistemas de ensino, nesse sentido, são o locus perfeito de expressão cultural dos jovens, considerando que passam por um período histórico de experimentação e de descobertas pessoais e políticas. Isso porque os jovens podem ser compreendidos como imbuídos pelo “princípio da reversibilidade” (PAIS, 1990), no qual há um vai-e-vem de opiniões, sentimentos, gostos, decisões, entre outras inquietações.

De acordo com os levantamentos de Dayrell *et al.* (2010) e Takeiti *et al.* (2020), os sistemas de ensino oferecem intervenções pedagógicas, debates, oficinas, entre outros formatos de interação para abordar e debater diversos temas sociais, políticos e de políticas públicas com os alunos, de modo a dar voz a eles com a finalidade de se manifestarem sobre diversos assuntos. No entanto, para a formação política dos jovens, é necessário que eles tenham a oportunidade de experienciar e discutir política nesses espaços, mas principalmente, que esse ensino esteja inserido de forma pedagógica, e não esporádica, nos currículos disciplinares e nas áreas de conhecimento curriculares. Magalhães (2012) indica que a escola influencia positivamente a expectativa dos alunos sobre temas relacionados à política, como por exemplo, o voto. Vidigal e Filho (2017, p. 171) afirmam que a educação:

é uma facilitadora da sofisticação política que tem relevância em todos os componentes da tríade oportunidade-motivação-habilidade: promove a habilidade cognitiva para a organização e o armazenamento das informações políticas, expõe a uma diversidade de informações e contextos sociais e motiva os estudantes a buscar o entendimento sobre o mundo político e social.

Diante disso, a escola e seu papel institucionalizador se tornam prementes. Os estudos acadêmicos que se debruçam sobre as interfaces de pesquisas sobre juventudes, política e educação/ensino caminham na direção de confirmar o interesse dos jovens estudantes nos assuntos relacionados ao âmbito da política, sobretudo a importância do papel da educação em transmitir conhecimentos sobre essa temática (DAYRELL *et al.*, 2010; DANTAS; CARUSO, 2011; ,MAGALHÃES, 2012; VIDIGAL; FILHO, 2017).

Caminhos para os estudos e práticas de participação política com as juventudes

Aqui, pretendemos discutir alguns caminhos possíveis para compreender como a participação política se dá na direção da construção de identidades juvenis, pautadas no

pertencimento e na responsabilização frente aquilo que é comum a vida – o engajamento em ocupações que constroem espaços de sociabilidade, coletividade e solidariedade. Assim, optamos por apresentar algumas cenas que se referem tanto a um recorte de uma pesquisa em andamento, quanto a uma ação de extensão com jovens em uma escola que, via de regra, podem nos ajudar metodologicamente a localizar e reafirmar alguns dos argumentos trazidos até aqui.

Cena 1: O que as pesquisas informam sobre participação juvenil?

A pesquisa “Juventudes urbanas periféricas, arte-cultura e ocupações: impactos de um projeto de extensão no conjunto de favelas do Complexo do Alemão”¹ (TAKEITI, 2020), no Rio de Janeiro, objetiva caracterizar e analisar jovens residentes nesse território e os impactos de uma ação de extensão. Essa pesquisa se conecta às ações de extensão empreendidas por uma das autoras que busca intervir junto a jovens estudantes e moradores de uma determinada realidade local. Numa das fases dessa pesquisa, os jovens foram questionados sobre sua participação política e seu engajamento em movimentos sociais e coletivos. No total, participaram 156 jovens. Quando indagados sobre os grupos sociais e políticos dos quais participavam, mais da metade deles revelou não participar de nenhum grupo específico (54,1%) e cerca de 46% deles disseram estar inseridos em grupos de esportes (25,5%), grupos religiosos (18,5%), movimentos estudantis (7,6%), coletivos ou movimentos sociais e culturais do bairro (3,8%), movimentos partidários e conselho gestor (0,6%) e associações de bairro (1,3%). Esses dados revelam que muitos jovens ainda apresentam algum nível de identificação com algum tipo de movimento social, ainda que não estejam efetivamente inseridos neles. Os desejos pela inserção e participação apontados na pesquisa percorrem identidades múltiplas, que vão desde os movimentos feminista, juvenil, negro, estudantil e LGBTQIA+. Isso significa que os jovens estudantes transitam por diferentes processos identitários.

Cena 2: A produção de *podcast* como expressão da participação política de jovens:

A produção de *podcasts* tem sido uma escolha dos jovens dentre tantas outras possíveis para narrar suas experiências. Essas experiências têm atravessado as ações de extensão do projeto Juventude(S): intervenções urbanas de arte-cultura no território desenvolvidas por uma das autoras deste texto (TAKEITI; GONÇALVES, 2021). Os jovens

participantes são estudantes de um colégio público de ensino médio em uma determinada localidade da cidade e fazem parte do grêmio estudantil da escola. Inicialmente, fazemos o planejamento dos temas a serem abordados em cada episódio e, em seguida, um roteiro é criado com perguntas que o *host* ou o entrevistador/a fará ao grupo. A gravação ocorre nas dependências onde eles estão, tais como a própria escola ou numa Organização Não Governamental (ONG).

Para efetivar as gravações, algumas etapas e/ou processos são obedecidos: 1) Vinhetas de entrada e saída são gravadas antecipadamente como um modo de explicar o projeto, e são inseridas a cada episódio; 2) Convites para a gravação – participam estudantes da escola, professores/as, jovens do território, parceiros/as do projeto, moradores do Complexo do Alemão; 3) Escolha do tema pelos estudantes participantes. No último episódio gravado, por exemplo, o tema escolhido pelos estudantes foi a Reforma do Ensino Médio, em que eles puderam refletir sobre os efeitos negativos dessa mudança para os processos de ensino-aprendizagem. Consciência de classe, diferença nos processos, desigualdade social e educacional, racismo educacional foram alguns pontos abordados com os estudantes nessa roda de conversa. Após edição, os programas são inseridos nas plataformas digitais *Sound Cloud* e *Spotify* e divulgados via *Instagram*.

As cenas aqui apresentadas — a primeira oriunda dos dados de uma pesquisa e a segunda de uma ação de extensão — demonstram claramente que o jovem não está alheio aos processos democráticos de participação política e de construção identitária. Ainda que essa identificação e participação, aparentemente, não se reverta em uma filiação aos grupos sociais/políticos tais quais conhecemos, não significa, necessariamente, que não haja engajamento em algumas temáticas com as quais os estudantes se identificam.

Em relação aos dados de pesquisa, outros estudos similares, como os de Dayrell *et. al.* (2010) e Soffiati (2022), indicam que o esporte e a religião são grupos de sociabilidade nos quais os jovens tendem a participar. Análises mais aprofundadas são necessárias, mas por enquanto, pode-se inferir que o tipo de participação social/política dos jovens se dê por outras frentes a depender dos grupos e/ou organizações e serviços disponíveis no território e local onde eles residem ou estão inseridos. Contudo, os canais de participação dos jovens respondentes não são os das instâncias tradicionais e políticas, como os partidos políticos.

Se, por um lado, a cena da pesquisa demonstra um distanciamento do jovem da participação política nos espaços mais tradicionalmente reconhecidos – partidos políticos, agremiações, movimentos sociais, por outro, na cena do *podcast*, desenvolvida com esses mesmos jovens da pesquisa, há um engajamento político local via grêmio estudantil da escola que expressa uma demanda real de construção de espaços de negociação e debates em torno de questões concretas de vida, tal qual expressaram sobre a Reforma do Ensino Médio.

Cada um busca vincular-se a grupos, projetos de vida coletivos, movimentos partidários e identitários à medida que as necessidades e pressões sociais vão se colocando e interpelando os jovens a se posicionarem frente às mudanças que ocorrem no país e que atravessam o seu cotidiano. Concordamos com Castro (2008) e outros pesquisadores que “fazer política” não se restringe à filiação partidária ou parapolítica e sim, diante de uma vida em comum, tal participação surge como uma possibilidade de luta e transformação do presente “que põe em curso demandas de transformação social a partir de rupturas de “baixo para cima”, implodindo fronteiras e identidades e deslocando a noção do político para as margens do que é convencionalmente concebido como tal” (p. 254). Não é à toa que na pesquisa a expressividade juvenil em relação a sua participação política surge nos ambientes de esporte e religião, elementos ainda centrais quando se pensa nas ocupações juvenis.

Por outro lado, assegurar efetiva participação social e política requer algum nível de confiança em relação às instituições, o que não tem sido uma premissa entre os jovens. Um estudo realizado com a juventude ibero-americana demonstra as incertezas e desconfianças que essa população aponta no que concerne às instituições políticas (GONZÁLEZ-ANLEO *et. al.*, 2022). Tal fato, segundo esses pesquisadores, pode estar atrelado às profundas desigualdades que países da América Latina e Caribe enfrentam, ainda que tenhamos alguns avanços democráticos significativos.

Tais incertezas e inseguranças são reveladas nas narrativas produzidas pelos jovens durante a roda de conversa na produção do *podcast* sobre a Reforma do Ensino Médio, quando apontaram para os efeitos negativos dessa reforma para o desenvolvimento de suas capacidades de enfrentarem o mercado de trabalho e se inserirem no ensino superior. A descrença em relação à política tem fomentado em alguns jovens a necessidade de se aglutinarem em espaços de participação locais, como é o caso dos estudantes dessa escola, que se agrupam no grêmio estudantil convocando a comunidade escolar para o debate e a

tomada de posicionamento frente às mudanças. E não poderíamos desconsiderar o papel que a Internet e as mídias sociais ocupam na vida e na participação política desses jovens.

Problematizando e refletindo sobre a participação política em meio às mídias sociais

As discussões sobre o papel das mídias sociais e o uso que os jovens podem fazer delas não são recentes e estão inseridas em um contexto maior de discussão sobre o fenômeno da globalização. Foge ao escopo deste artigo resgatar o debate teórico sobre a definição de globalização; no entanto, importa reforçarmos que um dos efeitos desse processo é a transformação de tempo e espaço nas sociedades e nas relações entre as pessoas por meio da configuração de redes (CASTELLS, 2002). A chamada “sociedade em rede” foi uma primeira forma de compreender as mudanças socioculturais que a Internet e as tecnologias imprimiram na dinâmica social.

Não obstante o reconhecimento do debate sobre os efeitos perversos que o uso das mídias sociais e a Internet pode acarretar no desenvolvimento da inteligência artificial em um contexto capitalista e neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016), as reflexões trazidas aqui centralizam esforços na valorização das mídias sociais para a participação social e política dos jovens na sociedade brasileira. O formato das redes permitiu que os jovens criassem um poder de conectividade facilitado pelas tecnologias, criando certa potência organizativa de forma veloz. Contudo, a utilização das mídias permitiu que a participação dos jovens fosse estruturada de forma mais horizontalizada, em comparação com a verticalidade dos movimentos sociais conhecidos até então.

A reconfiguração da forma de organizar os chamados “novos movimentos sociais” (GOHN, 2022) atraiu mais a participação dos jovens, pois eles não previam rigidez em sua forma hierárquica, além de, igualmente, permitir maior flexibilidade nos tipos de vínculos e na diversas possibilidades de engajamento. Na visão de Gohn (2022), os movimentos que mais mobilizaram a participação dos jovens foram os denominados coletivos.

No contexto de um país marcado culturalmente por desigualdades sociais, o acesso aos dispositivos eletrônicos e à Internet não é universalizado; no entanto, esse cenário vem mudando com o tempo. Segundo a Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios (TIC Domicílios, 2020), o uso da Internet no Brasil é crescente, e alcançou 70% da população em 2020. São 126,9 milhões de pessoas usando a rede

regularmente. De acordo com o Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC), o celular é o principal meio de conexão (97%), seguido do computador (43%) e da *Smart TV* (45%). Quanto à renda familiar, em famílias que recebem até 1 salário mínimo, 78% das pessoas fazem uso exclusivo do celular e 19% usam computador e celular.

Neste cenário de novas possibilidades de participação ampliadas pelas tecnologias digitais, os jovens têm se destacado pela possibilidade de ampliar suas vozes, tornarem-se mais visíveis e convocarem outros jovens a se manifestarem e se posicionarem sob pautas que emergem, muitas vezes, de ambientes digitais. Diversas são as plataformas de atuação: fóruns e grupos de discussões, abaixo-assinados, *blogs*, plataformas sociais, aplicativos e todas as outras mídias sociais – *Facebook*, *Instagram*, *Twitter*, *Youtube*, *Telegram*, *WhatsApp*, *ChatGPT*, entre outras.

Para Martino (2015, p. 58), não é possível desconectar a vida que se faz pelas redes sociais daquela desempenhada cotidianamente. Para esse autor, “quem participa das redes *online* são seres humanos ligados às redes do mundo desconectado [...] Assim como o mundo real é levado para as redes sociais digitais, as discussões *online* têm o potencial de gerar atitudes e ações no mundo físico”. Assim, o ativismo político dos jovens de hoje está fortemente atrelado à capacidade de ampliação dessas vozes digitais. Desde a Primavera Árabe, os jovens têm se mobilizado para se articularem em torno do mundo digital para fazer valer seus direitos. No Brasil, uma grande mobilização dos jovens, coordenada em redes, foi a ocupação das escolas públicas, na qual os estudantes do ensino médio reivindicaram melhorias na educação.

De uma perspectiva reflexiva, os jovens podem utilizar as mídias sociais de forma crítica ao se posicionarem sobre determinados assuntos, realizarem uma pesquisa que abranja seus conhecimentos, saberem informações diversas, entre outros possíveis usos. Do ponto de vista educacional, a instituição escolar pode ser um canal pedagógico onde os jovens podem exercitar suas expressões culturais e sua participação, bem como um espaço de simulação de práticas educacionais de exercício da cidadania (TAKEITI *et al.*, 2021; MACEDO; GONÇALVES, 2020).

De acordo com as pesquisas supracitadas, os jovens apresentam significativo grau de participação e interesse por assuntos que congregam o coletivo. Além disso, eles apresentam

certo nível de consciência coletiva, a julgar pelos problemas os quais eles identificam que precisam ser sanados e as expectativas de futuro sobre a própria localidade onde vivem. Os tipos de melhorias apresentaram alto percentual, possivelmente, pelas carências na qualidade dos serviços públicos ofertados na localidade. No entanto, justamente pelos altos índices que cada tipo de melhoria expõe, é possível inferir uma consciência cívica dos estudantes sobre as demandas da vida coletiva. Dos dados coletados sobre participação e identificação políticas, bem como sobre a percepção de melhoria no bairro, é possível inferir o interesse dos jovens em temáticas relacionadas à política e a políticas públicas que visam a melhoria de uma coletividade, especialmente, aquelas associadas ao território onde moram.

As mídias sociais, no contexto dos jovens, permitem que suas demandas e posicionamentos sejam verbalizados e estruturados, eventualmente, em formatos de movimentos sociais. A reflexão sobre políticas públicas no campo educacional ou sobre aquelas direcionadas para as juventudes não pode desconsiderar o papel das mídias sociais nos processos de socialização dos jovens e nem ignorar as expressões culturais canalizadas por meio das diversas plataformas digitais.

Considerações finais

É possível perceber que os jovens pesquisados e participantes das atividades de extensão são politizados, haja vista os dados sobre os grupos que se identificam e a percepção sobre os serviços públicos ofertados no território. Além disso, discutiu-se a respeito da importância da instituição escolar na formação política dos jovens estudantes ao oferecer um espaço seguro de formação política teórica, e no qual os estudantes podem debater, discutir, conhecer temáticas ligadas à política e à participação, ao mesmo tempo em que esse ensino oferece uma potencial prática metodológica de capacitação crítica e analítica. Tudo isso a favor de uma sociedade mais justa e democrática.

Pesquisas mais aprofundadas precisam ser elaboradas de modo a mapear outros canais de politização, outros processos de socialização política bem como os atores envolvidos neles e o real efeito da escola e do ensino de Ciência Política na formação cidadã dos jovens brasileiros.

Referências

- ABRAMOVAY, Mirian; FIGUEIREDO, Eleonora; SILVA, Ana Paula. Violências e escola: as juventudes e suas inquietações. In ABRAMOVAY, Mirian; FIGUEIREDO, Eleonora; SILVA, Ana Paula; SALES, Marcus Vinícius (orgs.). **Reflexões sobre convivências e violências nas escolas**. Brasília: FLACSO, 2021.
- BAQUERO, Rute Vivian Angelo; BAQUERO, Marcello. Formação cidadã de jovens no contexto de um regime democrático híbrido. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, 2014.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em Rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- CASTRO, Lucia Rabello. Participação Política e Juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 253-268, jun. 2008.
- CARDOSO, Adalberto. Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 68, p. 293-314, Maio/Ago. 2013.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- FEIJO, Fernanda. Quando o Parlamento Jovem torna-se parte da aula de sociologia do ensino médio que visa a educação política. In: BODART, Cristiano das Neves. **O ensino de sociologia e de filosofia no Brasil**. Editora Café com Sociologia, 2020.
- FOA, Roberto Stefan; MOUNK, Yascha. Youth and the Populist Wave. **Philosophy and Social Criticism**, 45 (9-10), 2019.
- FUKS, Mario; CASALECCHI, Gabriel Ávila. Formando cidadãos democráticos: considerações sobre os efeitos do Parlamento Jovem mineiro. **Cadernos Adenauer**, XVII, n. 1, 2016.
- GOHN, Maria da Glória. **Ativismo no Brasil: movimentos sociais, coletivos e organizações sociais civis - como impactam e por que importa?**. São Paulo: Editora Vozes, 2022.
- GONZÁLEZ-ANLEO e colaboradores. **Jovens na Ibéro-América 2021**. São Paulo: Fundação SM/Observatório da Juventude na Ibéro-América, 2021.
- HERINGER, Rosana. **“O que será o amanhã?” Perspectivas sobre o futuro após o Ensino Médio entre estudantes negros e brancos na Cidade de Deus, Rio de Janeiro**. Trabalho apresentado na Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2012.
- JENNINGS, M.K.; STOKER, L. ; BOWERS, J. Politics across generations: family transmission reexamined. **Journal of Politics**, 71, p.782 – 799, 2009.

LEÃO, Geraldo; DYRELL, Juarez Tarcísio; REIS, Juliana Batista dos. Juventude, projeto de vida e ensino médio. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 117, p. 1067-1084, out./dez. 2011.

MACEDO, Joana da Costa; GONÇALVES, Roberson Maturano. O ensino de ciência política na educação básica e a educação política como pedagogia para a cultura democrática. **Latitude**, v.14, n.1, pp. 50-72, jan./jul., 2020.

MAGALHÃES, Alexander Soares. **Para além dos conceitos**: pensando práticas e métodos de ensino de Ciência Política no Ensino Médio. Trabalho apresentado na Associação Brasileira de Ciência Política, 2012.

MARTINO, L. M. S. **Teoria das Mídias Digitais**: linguagens, ambientes, redes. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

PAIVA, Angela; FERRAZ, Michelle. **Juventude, Cultura Cívica e Cidadania**: 15 anos depois. Trabalho apresentado na Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2022.

REGINENSI, Luc. Annik Percheron et l'univers politique des enfants. **Cairn.Info**, n. 12, p.173-192, 2005.

SCHNEKENBERG, Guilherme Fernando; BRIDI, Maria Aparecida. A presença da (ciência) política e seus conceitos nos livros didáticos de Sociologia no PNLD 2015. **Revista Em Tese**, v.16, n. 01, p. 168-195, jan/jun., 2019.

SETTON, Maria Graça Jacintho. Teorias da socialização: um estudo sobre as relações entre indivíduo e sociedade. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 711-724, dez. 2011.

SOFIATI, Flávio Munhoz. Juventudes e as “novas” expressões da participação na política. **Cadernos IHU ideias**, Instituto Humanitas Unisinos, Ano 20, v. 20. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2021.

SOLANO, Esther; ROCHA, Camila. **Relatório Juventude e Democracia na América Latina**, 2022.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, set. /out. /nov. /dez. 2003.

TAKEITI, Beatriz Akemi; GONÇALVES, Mônica Villaça; MACEDO, Joana da Costa; MATURANO, Roberson Gonçalves. Experiências políticas sensíveis com as juventudes no contexto da escola pública: um debate sobre a Reforma do Ensino Médio no Rio de Janeiro. **Educação em Foco**, ano 23, n. 41 - set./dez. p. 168-189, 2020.

TAKEITI, Beatriz Akemi. **Juventudes Urbanas Periféricas e Ocupação Cultural**. Projeto de Pesquisa. CNQp, 2020.

TAKEITI, Beatriz Akemi; GONÇALVES, Mônica Villaça. **Juventude(S) e arte-cultura no Complexo do Alemão**: narrativas de uma experiência em extensão. Curitiba: Brazil Publishing, 2021.

TIC Domicílios. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros**. 1. ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, ICT Households/Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, 2020.

VIDIGAL, Robert Lee; FILHO, Álvaro João Pereira. Educação e conhecimento político: duas faces de uma mesma moeda ou moedas diferentes?. **Em Tese**, v. 14, n. 1, jan./jun., 2017.

WELLER, Wivian. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. **Soc. Estado**, 25 (2), ago., 2010.

Notas

ⁱEstes dados compõem apenas um recorte da primeira etapa da pesquisa ainda em andamento.

Sobre as autoras

Joana da Costa Macedo

Cientista social. Doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Em 2012 e 2013, foi pesquisadora visitante no *Center for Anthropological Research na University of Johannesburg*, África do Sul. É especialista em Ensino de Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2018). Pós-doutoranda do Conselho Nacional Científico e Tecnológico (CNPq) na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE/UFRJ). E-mail: jocsmacedo@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/my-orcid?orcid=0000-0002-0821-9010>

Beatriz Akemi Takeiti

Terapeuta ocupacional. Doutorado em Psicologia Social pela PUC/SP. Docente do Departamento de Terapia Ocupacional, Faculdade de Medicina e do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, EICOS, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente faz parte da diretoria nacional da Associação Nacional da Rede de Pesquisadores e Pesquisadoras da Juventude Brasileira (REDEJUBRA). Desenvolve pesquisas nas áreas de Terapia Ocupacional no campo social e as interfaces com a cultura e a educação. E-mail: biatakeiti@medicina.ufrj.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2847-0787>

Recebido em: 28/03/2023

Aceito para publicação em: 10/04/2023